



Naturgy 
Transforming together

Demonstrações
financeiras

2021





Acesse os
Informes anuais
2021

Demonstrações
financeiras

2021



Na Naturgy, **transformamos** juntos, trabalhando com excelência.



Demonstrações financeiras

- | 4 Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2021
- | 43 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	163.291	137.224
Contas a receber de clientes (Nota 7)	116.000	67.241
Estoques	1.378	1.351
Tributos a recuperar (Nota 8)	4.624	13.954
Ativo regulatório (Nota 19)	38.199	-
Outras contas a receber	584	806
	324.076	220.576
Não circulante		
Tributos a recuperar (Nota 8)	114.617	490
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	4.765	3.832
Depósitos judiciais (Nota 16)	1.014	984
	120.396	5.306
Intangível (Nota 11)	553.876	585.013
Ativo Direito de Uso (Nota 12.1)	3.676	2.658
	677.948	592.977
Total do ativo	1.002.024	813.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante		
Fornecedores (Nota 13)	70.955	49.260
Obrigações por arrendamento (Nota 12.2)	432	253
Empréstimos (Nota 14)	41.837	30.660
Obrigações trabalhistas a pagar	517	525
Tributos a pagar (Nota 15)	30.521	18.287
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 18.d)	25.079	23.385
Passivo regulatório (Nota 19)	-	4.051
Demais contas a pagar	1.951	2.347
	171.292	128.768
Não circulante		
Empréstimos (Nota 14)	30.239	40.000
Obrigações por arrendamento (Nota 12.2)	3.640	2.671
Obrigações setoriais (Nota 8a)	113.480	-
Provisão para contingências (Nota 16)	7.257	5.832
	154.616	48.503
Total do passivo	325.908	177.271
Patrimônio líquido (Nota 18)		
Capital social	584.923	584.923
Reservas de lucros	91.193	51.359
	676.116	636.282
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.002.024	813.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receita líquida (Nota 20)	730.959	536.327
Custo do serviço (Nota 21)	(574.718)	(434.235)
Lucro bruto	156.241	102.092
Despesas de vendas (Nota 22)	(4.233)	(2.817)
Despesas administrativas e gerais (Nota 23)	(28.535)	(28.028)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 24)	(2.307)	(5.709)
Lucro operacional	121.166	65.538
Receitas financeiras	32.600	5.047
Despesas financeiras	(30.080)	(6.259)
Resultado financeiro, líquido (Nota 25)	2.520	(1.212)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	123.686	64.326
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 9.d)	(33.676)	(12.834)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 9.d)	933	210
Lucro líquido do exercício	90.943	51.702
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$	152,64	86,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	90.943	51.702
Total do resultado abrangente do exercício	90.943	51.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	584.923	27.168	33.978	-	646.069
Dividendos adicionais aprovados (Nota 18.2.c)	-	-	(33.978)	-	(33.978)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	51.702	51.702
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	2.586	-	(2.586)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$46,18 por lote de mil ações)	-	-	-	(27.511)	(27.511)
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril de 2021)	-	-	21.605	(21.605)	-
Em 31 de dezembro de 2020	584.923	29.754	21.605	-	636.282
Dividendos adicionais aprovados (Nota 18.2.c)	-	-	(21.605)	-	(21.605)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	90.943	90.943
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	4.547	-	(4.547)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$49,52 por lote de mil ações)	-	-	-	(29.504)	(29.504)
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril de 2022)	-	-	56.892	(56.892)	-
Em 31 de dezembro de 2021	584.923	34.301	56.892	-	676.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	123.686	64.326
Ajustes		
Amortizações do intangível	42.767	42.225
Depreciação do imobilizado por direito de uso	453	347
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	5.026	3.020
Juros sobre arrendamento	408	349
Atualização monetária sobre depósito judicial	(72)	(32)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(2.396)	(667)
Adições (exclusões) contingências	1.425	276
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	27	1
	171.324	109.845
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(46.363)	37.075
Estoques	(27)	14
Tributos a recuperar e diferidos	36.224	17.053
Outras contas a receber	222	(629)
Depósitos judiciais	42	120
Fornecedores	21.695	(17.825)
Obrigações trabalhistas a pagar	(8)	67
Tributos a pagar	(20.808)	(13.219)
Ativos e passivos regulatórios líquidos	(42.250)	4.051
Demais contas e despesas a pagar	(396)	(492)
	(51.669)	25.843
Caixa proveniente das operações		
Juros pagos	(3.610)	(2.800)
Juros pagos sobre arrendamento	(408)	(349)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.474)	(19.513)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	87.163	113.026
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(11.657)	(15.708)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.657)	(15.708)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(49.116)	(70.219)
Amortização sobre arrendamento	(323)	(226)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(49.439)	(70.445)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	26.067	27.503
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	137.224	109.721
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	163.291	137.224

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a “Companhia” ou GNSPS) foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros na região Sul do Estado de São Paulo.

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. é controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group cuja sede está localizada em Madri – Espanha.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos.

De acordo com o Contrato de Concessão, a Companhia assumiu o compromisso de prestar o serviço de distribuição de gás natural canalizado para 93 municípios na região sul do Estado, onde não havia serviço de distribuição de gás. Ao final do exercício de 2021, a Companhia atende a 18 municípios por meio de uma rede de 1,9 mil km de extensão.

Em 26 de maio de 2021, foi divulgado o resultado do processo da 3ª Revisão Tarifária, que compreende o período de 06/2015-05/2020, através da Deliberação ARSESP Nº 1.160, de 26 de maio de 2021, no qual consta a aprovação do valor de R\$ 105.597, em moeda de maio de 2019, antes de atualizações monetárias, para fins de compensação tarifária à Concessionária a ser aplicado no processo da 5ª Revisão Tarifária Ordinária, prevista para 31 de maio de 2025.

O processamento da 3ª Revisão Tarifária, previsto contratualmente para ter ocorrido até maio de 2015, não foi concluído pelo regulador em função de questionamentos havidos ao longo de sua implementação. Assim, sua conclusão coincidiu, excepcionalmente, com a finalização da 4ª Revisão Tarifária.

Na mesma data, foi divulgado o resultado do processo da 4ª Revisão Tarifária, que compreende o período de 06/2020-05/2025, através da Deliberação ARSESP Nº 1.161, de 26 de maio de 2021, no qual consta um plano de investimentos da ordem de R\$ 38.190 (moeda maio de 2019).

1.1. Impactos da Covid-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) classificando o surto da Covid-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar segmento de Distribuição de Gás Natural.

Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos, isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos da Covid-19 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo, mas não se limitando a:

- i) desempenho da demanda de gás;
- ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência;
- iii) variação dos indicadores macroeconômicos;
- iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo;
- v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros.

As análises realizadas pela administração da Companhia não identificaram mudanças nos fatos e circunstâncias econômicas atuais, bem como impactos diretamente atribuíveis ao surto da COVID-19 que indicassem a necessidade de fornecimento de divulgações adicionais de modo a garantir que as informações prestadas refletissem a realidade econômica da Companhia.

Em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2021, foi observado como possível impacto, considerando a dificuldade em dissociar as operações normais e àquelas incrementais relacionadas à pandemia, o aumento das perdas de crédito nos mercados com restrição temporária de cortes de fornecimento quando comparado ao período inicial de 2020 - pré-pandemia - conforme evolução observada na nota explicativa nº 7 - Contas a receber de clientes.

A administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

Suspensão de cortes de fornecimento

No sentido de contribuir para atenuar os efeitos da pandemia sobre os seus usuários, a Companhia atuou junto ao Governo do Estado de São Paulo e a ARSESP, pactuando através da Deliberação ARSESP nº 1.126 de 10 de fevereiro de 2021, a suspensão dos cortes por inadimplência para clientes residenciais e comerciais, com consumo até 150m³/mês, de 12 de fevereiro de 2021 até 31 de março de 2021. Posteriormente, a Deliberação ARSESP nº 1.146 de 25 de março de 2021, prorrogou a interrupção até 30 de abril de 2021, a partir de 01 de maio de 2021 os cortes de fornecimento em caso de inadimplência voltaram a ser realizados pela Companhia.

Reajuste de tarifas

Em 26 de novembro de 2021 foi publicada a última Deliberação de reajuste tarifário nº 1.241, os valores estão vigentes desde 30 de novembro de 2021. A ARSESP e a concessionária Naturgy estabeleceram ações conjuntas para minimizar o impacto dos preços da Petrobrás aos consumidores. A ARSESP identificou, preliminarmente, um aumento de 30% e 53% para os segmentos residencial e comercial e de 16% e 17% para a indústria e GNV. Os trâmites entre as instituições do Estado e a Companhia conseguiram reduzir em mais de 20% os índices de aumento das tarifas para os segmentos residencial e comercial, resultando em 22% e 41%, respectivamente. Para o industrial e GNV, o reajuste foi de 16% e 17%, respectivamente.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, que compreendem com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua administração, em 07 de fevereiro de 2022.

2.2. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a companhia atua (“a moeda funcional”). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia, também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada

no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de créditos esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

2.6. Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado, em geral para fins de reposição e consumo imediato, e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O giro do estoque é inferior a 12 meses.

2.7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 9). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.8. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.9. Intangíveis

i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição, esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados. Essa concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

iii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.

2.10. Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.11. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.

As normas analisadas pela Companhia foram:

- CPC 50 - Contratos de seguro
- IAS 1 - Classificação de passivo como circulante e não circulante
- CPC 23/IAS28 – Definição de estimativa contábil
- CPC 32/IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de um única transação

2.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021.

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 7). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 29.720 (em 2020 de R\$20.072).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base

em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c) Provisão para perdas de créditos esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

d) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face as potenciais saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 16.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado - instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Atualmente a Companhia

possui uma base de 94.563 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na Nota 5, são divulgados os ativos que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	70.955	-	-	-
Empréstimos	43.618	-	38.672	-
Obrigações por arrendamento	432	1.027	2.053	560
Demais contas a pagar	1.951	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	49.260	-	-	-
Empréstimos	31.238	42.307	-	-
Obrigações por arrendamento	253	601	1.202	868
Demais contas a pagar	2.347	-	-	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ (91.832) (R\$ (66.564) em 31 de dezembro de 2020), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2021, indicava uma taxa SELIC em 9,25% (1,90% em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2021 - %	8,76	8,76	8,76
Dívida líquida – bancos	(91.832)	(91.832)	(91.832)
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2021 - %	9,25	11,56	13,88
Despesa financeira	(450)	(2.574)	(4.697)
IR e CS	(153)	(875)	(1.597)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	(297)	(1.699)	(3.100)

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	163.291	137.224
Contas a receber de clientes	116.000	67.241
Ativo regulatório	38.199	-
Outras contas a receber	584	806
	318.074	205.271
Passivo mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos	72.076	70.660
Fornecedores	70.955	49.260
Demais contas a pagar	1.951	2.347
Juros sobre o capital próprio	25.079	23.385
Passivo regulatório	-	4.051
	170.061	149.703

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e contas correntes bancárias	16.336	10.555
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (i)	146.955	126.669
	163.291	137.224

(i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, que foram remunerados à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2020). Essas aplicações têm liquidez diária e podem ser sacadas a qualquer momento, tanto parcialmente quanto em sua totalidade sem mudança de valor.

7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2021	2020
Segmentos comercial e residencial	8.096	6.131
Segmento industrial	87.232	47.225
Contas a receber não faturado	29.720	20.072
Venda de equipamentos	56	521
Total antes da PCE	125.104	73.949
Provisão para perdas de créditos esperadas - PCE	(9.104)	(6.708)
	116.000	67.241

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2021	2020
A vencer	106.170	61.178
Até três meses	12.484	6.538
De três a seis meses	530	537
Acima de seis meses	5.920	5.696
	125.104	73.949

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada e não mais na incorrida, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o exercício corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, utilizando-se de uma matriz de provisão:

	31/12/2021	31/12/2020
Dias de vencimento	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A vencer	1,91	0,42
1 a 30 dias	5,12	3,02
31 a 60 dias	43,11	31,57
61 a 90 dias	47,50	37,60
91 a 120 dias	75,58	75,44
121 a 180 dias	79,75	42,70
181 a 360 dias	68,61	94,16
Mais de 360 dias	99,01	96,77

As movimentações na provisão para perda de créditos esperadas no contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	6.708	6.041
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.845	3.566
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(1.449)	(2.899)
Em 31 de dezembro	9.104	6.708

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário da Covid-19 onde em linha com a Deliberação ARSESP nº 973 de 26 de março de 2020, com última prorrogação pela Deliberação ARSESP nº 1.146 de 25 de março de 2021, a Companhia interrompeu os serviços de corte para clientes residenciais e comerciais inadimplentes, com consumo até 150m³/mês, até 30 de abril de 2021, sendo retomados os cortes a partir de 1º de maio de 2021. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

8. Tributos a recuperar

	2021	2020
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	508	252
PIS - Programa de Integração Social (a)	20.538	440
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	93.839	2.804
IRRF a compensar	530	832
CSLL a compensar	3.827	10.112
Outros	-	4
	119.242	14.444
Circulante	4.624	13.954
Não circulante - realizável a longo prazo	114.617	490
	119.241	14.444

(a) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia. Assim, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas, definindo que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e que os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15.03.2017.

Em 28 de setembro de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio do PARECER SEI Nº 14.483/2021/ME, se manifestou quanto as orientações a serem observadas no cumprimento da decisão do STF, especialmente quanto ao marco da cessação da eficácia de decisões anteriores a definitividade do precedente com repercussão geral.

No caso da GNSPS, foi impetrado Mandado de Segurança em 13 de março de 2017, onde a sentença de primeiro grau concedeu parcialmente a segurança para tão somente permitir a exclusão dos valores de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo indeferido o pedido de reconhecimento do indébito tributário. Ambas as partes interpuseram recurso de Apelação, tendo o Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3 negado provimento ao apelo da União e à remessa necessária e dado provimento ao recurso da Consulente, assegurando, assim, o direito total ao indébito tributário. Desta forma, tendo em vista a ocorrência do trânsito em julgado do referido acórdão em setembro de 2021, a Companhia tem o direito de reaver os valores indevidamente pagos em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS nos cinco anos anteriores à impetração do respectivo Mandado de Segurança, ou seja, a partir março de 2012.

Em novembro de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 108.690, os quais atualizados em 31 de dezembro de 2021, somam o total de R\$ 113.480 (R\$ 90.224 principal e R\$ 23.256 de atualização monetária) relativo a créditos de PIS e COFINS, cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, a partir de março de 2012. A metodologia de cálculo foi ajustada a partir de 30 de novembro de 2021, com a publicação da Deliberação ARSESP 1.241, que passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas tarifas. Considerando os valores médios dos tributos federais recolhidos nos últimos anos, a Companhia estima que o valor total reconhecido será compensado em aproximadamente 5 anos, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja a expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	2021	2020
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.620	863
Provisão para contingências	2.468	1.982
Provisão para fornecedores	699	520
Conta corrente ativo regulatório	(350)	314
Outros	328	153
	4.765	3.832

b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

	2021	2020
2021	-	460
2022	572	498
2023	619	575
2024	715	651
2025	810	766
2026	953	536
A partir 2027	1.096	346
	4.765	3.832

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

c) Movimentação

	Provisão para perdas de créditos esperadas	Provisão para contingências	Provisão para fornecedores	Conta corrente ativo regulatório	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019	666	1.876	510	274	296	3.622
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	197	106	10	40	(143)	210
Em 31 de dezembro de 2020	863	1.982	520	314	153	3.832
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	757	486	179	(664)	175	933
Em 31 de dezembro de 2021	1.620	2.468	699	(350)	328	4.765

d) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	123.686	123.686	64.236	64.326
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(30.922)	(11.132)	(16.082)	(5.788)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	7.376	2.655	6.878	2.476
Adições, líquidas	(596)	(233)	(175)	(45)
Incentivos fiscais	109	-	112	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(24.033)	(8.710)	(9.267)	(3.357)
Do exercício corrente	(24.719)	(8.957)	(9.421)	(3.413)
Diferidos	686	247	154	56
	(24.033)	(8.710)	(9.267)	(3.357)
Alíquota efetiva	19%	7%	14%	5%

10. Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Passivo circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar			
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	-	461
Naturgy Energy Group	-	-	1
Naturgy Informatica S.A. (b)	280	13	567
	280	13	1.029
JCP e dividendos			
Naturgy DL S.A. (c)	25.079	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	25.359	13	1.029
Em 31 de dezembro de 2020	23.385	-	1.001

(a) Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(b) O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Naturgy Informática, S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

(c) Refere-se a saldo a pagar de JCP do exercício de 2021.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados como segue:

	Passivo circulante	Despesas
A receber/pagar		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	441
Naturgy Informática S.A. (b)	-	560
	-	1.001
JCP e dividendos		
Naturgy DL S.A. (c)	23.385	-
	23.385	-
Em 31 de dezembro de 2020	23.385	1.001
Em 31 de dezembro de 2019	32.487	(314)

Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do Grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas fiscais e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

11. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	196.995	1.106	3.756	398.897	11.407	612.161
Aquisições	-	-	176	4.963	9.939	15.078
Baixas líquidas	-	-	-	(1)	-	(1)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	15.371	(15.371)	-
Amortização	(18.912)	(74)	(1.542)	(21.697)	-	(42.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.083	1.032	2.390	397.533	5.975	585.013
Custo total	535.828	2.055	13.709	617.073	5.975	1.174.640
Amortização acumulada	(357.744)	(1.024)	(11.319)	(219.540)	-	(589.627)
Saldo contábil, líquido	178.084	1.032	2.390	397.533	5.975	585.013
Saldos em 1º de janeiro de 2021	178.084	1.032	2.390	397.533	5.975	585.013
Aquisições	-	-	110	4.896	6.651	11.657
Baixas líquidas	-	-	-	(27)	-	(27)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	6.557	(6.557)	-
Amortização	(18.912)	(74)	(1.106)	(22.675)	-	(42.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	159.172	957	1.394	386.284	6.069	553.876
Custo total	535.828	2.055	13.819	628.315	6.069	1.186.086
Amortização acumulada	(376.656)	(1.098)	(12.425)	(242.031)	-	(632.210)
Saldo contábil, líquido	159.172	957	1.394	386.284	6.069	553.876
Taxas anuais de amortização (%)	3,5	3	20	11,2	-	-

(a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$535.828 referente ao contrato firmado entre a GNSPS e o Estado de São Paulo em 31 de maio de 2000, onde a Companhia passou a deter o direito de abastecer 93 municípios na região sul do estado de São Paulo com gás natural canalizado. Esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir de fevereiro de 2002, data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Os bens vinculados à concessão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no contrato de concessão, estão compostos abaixo:

			2021	2020
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil líquido	Saldo contábil líquido
Terrenos	445	-	445	445
Edificações e obras civis	334	(194)	140	147
Rede de gás	562.423	(216.831)	345.592	358.100
Máquinas e equipamentos	54.737	(19.131)	35.606	33.828
Equipamentos de informática – hardware	2.643	(2.433)	210	282
Móveis e utensílios	1.069	(786)	283	337
Veículos	1.239	(1.239)	-	117
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.425	(1.417)	4.008	4.277
Obras em andamento (i)	6.069	-	6.069	5.975
	634.384	(242.031)	392.353	403.508

(i) As “Obras em andamento” referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquilha, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Porto Feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê e Votorantim, de acordo com as obras de expansão dos segmentos residencial e comercial. Enquanto houver potencial de clientes, essas obras continuarão a existir em regime de continuidade.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$102 (R\$38 em 31 de dezembro de 2020) à taxa média de 6,29% (4,36% em 31 de dezembro de 2020).

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos. No hipótese de extinção da concessão, a Companhia poderá ser indenizada caso haja valor residual dos bens integrantes da concessão.

12. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de edificações. O prazo de arrendamento de edificações é de 9,66 anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
9,66 anos	11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de edificações. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento.

Os contratos com prazo de doze meses ou menos ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 - equivalente a 5 mil euros) não foram considerados dentro do escopo CPC 06 (R2).

Os saldos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021, são de R\$3.676 no ativo e R\$ 4.072 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

12.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2020	Adições	Amor- tizações	Saldo final 31/12/2021	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	2.658	1.471	(453)	3.676	9,66
Total - ativo de direito de uso	2.658	1.471	(453)	3.676	-

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 2020:

Ativo de direito de uso	Adoção inicial	Amortizações	Saldo final 31/12/2020	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	3.005	(347)	2.658	9,66
Total - ativo de direito de uso	3.005	(347)	2.658	-

12.2. Obrigações por arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2020	Encargos financeiros	Adição	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2021
Edificações	2.924	408	1.471	(323)	(408)	4.072
Total - passivo de arrendamento	2.924	408	1.471	(323)	(408)	4.072

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2019	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2020
Edificações	3.150	349	(226)	(349)	2.924
Total - passivo de arrendamento	3.150	349	(226)	(349)	2.924

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Edificações (*)	Fixa	11,45	432	3.640	4.072
Total - obrigação por arrendamento			432	3.640	4.072

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Edificações (*)	Fixa	11,45	253	2.671	2.924
Total - obrigação por arrendamento			253	2.671	2.924

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Edificações	876	3.504	1.460	5.840	4.072
Total	876	3.504	1.460	5.840	4.072

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45%.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do exercício. O montante total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 595 (R\$ 562 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas de depreciação para os contratos acima, foram de R\$453 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$408.

13. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedor de gás (a)	62.347	43.511
Fornecedores de materiais e serviços	6.500	3.685
Retenções contratuais	2.108	2.064
	70.955	49.260

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia conforme contrato celebrado em 31 de janeiro de 2020.

14. Empréstimos

	2021	2020
Empréstimos	70.617	70.000
Encargos provisionados sobre empréstimos	1.459	660
Total	72.076	70.660
Circulante	41.837	30.660
Não circulante	30.239	40.000
	72.076	70.660

Os empréstimos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

				2021		2020	
	Indexadores	Vencimento	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional							
Banco Itaú	CDI+ 2,35%	22/08/2022	100% (a)	41.567	-	614	40.000
Banco Mizuho	CDI+1,7%	16/12/2024	100% (a)	270	30.239	30.045	-
				41.837	30.239	30.659	40.000

(a) Operações com Banco Itaú e Mizuho repactuadas durante os exercícios de 2020 e 2021 respectivamente. Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo no resultado o montante de R\$617 referente a perda decorrente da modificação dos termos da dívida.

(*) Lc - Linha de crédito.

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	2021	2020
2022	-	40.000
2023	-	-
2024	30.239	-
	30.239	40.000

Abaixo é apresentada a movimentação dos empréstimos:

	2021	2020
Saldo inicial	70.660	70.440
Encargo provisionado	5.026	3.020
Encargo pago	(3.610)	(2.800)
	72.076	70.660

15. Tributos a pagar

	2021	2020
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	13.625	6.140
PIS	402	-
COFINS	1.874	-
Imposto de renda	12.561	5.190
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	37	4.203
Taxa agência reguladora a recolher	878	1.755
Outros	1.144	999
	30.521	18.287

16. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$7.257 (em 2020 de R\$5.832) para fazer face às perdas prováveis.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2021	2020
Trabalhistas	1.178	230
Cíveis	5.948	5.471
Tributárias	131	131
	7.257	5.832

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2020	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	2021
Trabalhista (a)	230	1.042	(94)	1.178
Cível (b)	5.471	851	(374)	5.948
Tributária (c)	131	-	-	131
Total	5.832	1.893	(468)	7.257

	2019	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	2020
Trabalhista (a)	336	83	(189)	230
Cível (b)	5.053	2.345	(1.927)	5.471
Tributária (c)	131	-	-	131
Honorários advocatícios	36	-	-	-
Total	5.556	2.392	(2.116)	5.832

A Companhia possui R\$ 1.014 (R\$984 em 31 de dezembro de 2020) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. Em 31 de dezembro de 2021, a essas causas totalizavam R\$1.178 (R\$230 em 31 de dezembro de 2020).

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas sejam suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

Não existem processos trabalhistas sendo avaliados como risco de perda possível em 31 de dezembro de 2021.

(b) Cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2021, essas causas totalizam R\$5.948 (R\$5.471 em 31 de dezembro de 2020).

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços. São casos que também é possível acionar as Apólices de Seguros. Ainda, há processos, em que são discutidas obrigações legais de cobranças de faixa de domínio e pagamentos de tributos, que a Companhia provisiona, embora esteja discutindo a legitimidade dos

recolhimentos judicialmente. Estes casos estão representados no montante supramencionado.

Existem ainda processos cíveis que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$779 em 31 de dezembro de 2021 (R\$652 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Tributárias

A Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários de êxito em ações judiciais de R\$131 em 31 de dezembro de 2021 (R\$131 em 31 de dezembro de 2020).

Existem ainda processos tributários que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de perda possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$10.285 em 31 de dezembro de 2021 (R\$10.337 em 31 de dezembro de 2020) e referem-se, principalmente, a Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em que se imputam à Companhia as seguintes infrações: recebimento de crédito acumulado de ICMS sem autorização e observância dos requisitos previstos na Portaria CAT nº 26/2010 e apresentação de Guias de Informação e Apuração do ICMS -GIAs com indicação incorreta de informação econômico-fiscal no que se refere aos créditos do Programa de Ação Cultural - PAC.

(d) Ativos contingentes

Em 26 de maio de 2021, a ARSESP, através da Deliberação ARSESP nº 1160, deliberou pela aprovação do resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Gas Natural São Paulo Sul, estabelecendo para fins de compensação tarifária o valor de R\$ 105.597, em moeda de maio de 2019, antes de atualizações monetárias, a ser aplicado no processo da 5ª Revisão Tarifária Ordinária, prevista para 31 de maio de 2025.

Na mesma data, a ARSESP, através da Deliberação ARSESP nº 1161/2021, deliberou ainda pela aprovação do resultado da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Gas Natural São Paulo Sul, estabelecendo um ajuste compensatório pelo atraso de um ano na realização da RTO no valor de R\$ 17.160, antes de atualizações monetárias, a ser realizado apenas no processo de reajuste anual de maio de 2022.

Os valores indicados nas referidas deliberações não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras por serem ativos contingentes.

17. Compromissos

17.1. Compromisso com contrato de fornecimento

Em 31 de janeiro de 2020, foi celebrado com a PETROBRAS o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível (CONTRATO) com vigência até 2023, que entrou em vigor na data de sua assinatura, sendo que o início de fornecimento ficou estabelecido a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Por esse contrato, a GNSPS se compromete: (i) a retirar a quantidade de 950.000 m³ (novecentos e cinquenta mil metros cúbicos) de 2021 a 2023; e (ii) a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, seja 80% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM) – durante o período de vigência do contrato.

Em 1º de abril de 2021 foi celebrado o termo aditivo nº 1 ao CONTRATO, no qual as partes acordaram a alteração (i) da cláusula 15 – Qualidade do gás; e (ii) da cláusula 17 – Penalidades.

No exercício de 2021, não houve pagamento relacionado à Retirada Mínima Mensal.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social de R\$584.923 está representado por 595.799.877 ações ordinárias, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionistas	
Naturgy Distribución Latinoamérica, S.A.	595.799.876
Kátia Brito Repsold	1
	595.799.877

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil. Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	90.943	51.702
Constituição da reserva legal	(4.547)	(2.586)
Base de cálculo dos dividendos	86.396	49.116
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	21.599	12.279
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio bruto	29.504	27.511
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	34%	56%

A Assembleia Geral Ordinária de 12 de maio de 2021, aprovou a distribuição de R\$ 27.511 a título de JCP, que foi pago em parcela única em 30 de julho de 2021. Houve também, a aprovação dos dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$21.605, que foi pago em parcela única em 30 de julho de 2021.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de novembro de 2021, aprovou o pagamento de JCP no montante de R\$29.504, o que representará após impostos, juros líquidos no valor de R\$25.079, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), a ser pago em parcela única em 27 de julho de 2022. O saldo remanescente, no valor de R\$56.892, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2022.

Distribuição de resultado de 2020

Juros sobre o capital próprio	27.511
Dividendos aprovados em AGO (maio/21)	21.605
Total distribuído em 2021	49.116

19. Ativos e passivos regulatórios

Os ativos e passivos regulatórios têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. Esse saldo é corrigido mensalmente pela taxa Selic.

A Deliberação ARSESP nº 1010 de 10 de junho de 2020, definiu que eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. Com a publicação da referida deliberação, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconheceu contabilmente a partir de dezembro de 2020 os ativos e passivos regulatórios em suas demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo (passivo) regulatório líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 foi a seguinte:

	Ativo regulatório	Passivo Regulatório	Saldo Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	(4.051)	(4.051)
Custo de gás (a)	36.560	4.051	40.611
Atualização monetária (b)	1.639	-	1.639
Saldo em 31 de dezembro de 2021	38.199	-	38.199
Circulante	38.199	-	38.199
	38.199	-	38.199

(a) Refere-se ao custo do gás adquirido superior àquele contido nas tarifas, 100% classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases trimestrais para o segmento industrial, que faz parte substancial do volume de gás distribuído pela Companhia.

(b) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás, com base na taxa SELIC.

20. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Vendas de gás	962.288	694.018
Contratos de construção	6.786	9.381
Outras receitas	803	695
Total receita bruta	969.877	704.094
(-) Deduções da receita bruta	(238.918)	(167.767)
Receita líquida	730.959	536.327

Em 2021 a ARSESP concluiu os processos da 3ª e 4ª revisões quinquenais de tarifas da GNSPS, por meio da publicação das Deliberações ARSESP nº 1160/2021 e nº 1161/2021, ambas de 26 de maio de 2021.

A última Deliberação publicada em 2021 foi a de número 1241/2021, devido ao reajuste nos preços do gás fornecido pela Petrobras de 4,38% e consequentes parcelas de repasse conta gráfica. Nas tarifas para os grandes consumidores, houve acréscimo de 16% no segmento industrial e de 17% no GNV. Para os segmentos residencial e comercial o acréscimo foi de 22% e 41% respectivamente. Os valores estão vigentes desde 30 de novembro de 2021.

21. Custo do serviço

	2021	2020
Compra de gás e de serviços (a)	(524.083)	(379.796)
Custo dos contratos de construção	(6.786)	(9.381)
Custo de pessoal	(3.200)	(3.155)
Ajuste de inventário de gás natural	492	(1.739)
Amortização do intangível (Nota 11)	(41.141)	(40.164)
	(574.718)	(434.235)

(a) O custo de gás é aquele contemplado na tarifa conforme deliberações emitidas pela agência reguladora – ARSESP. A diferença entre o custo de gás contemplado na tarifa e custo do gás adquirido do supridor é registrada em conta gráfica conforme mencionado na Nota 19.

22. Despesas de vendas

	2021	2020
Despesas de vendas	(794)	(820)
Perdas e recuperação de créditos	(1.043)	(1.330)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(2.396)	(667)
	(4.233)	(2.817)

23. Despesas administrativas e gerais

	2021	2020
Despesa de pessoal	(2.882)	(3.380)
Utilidades, materiais e serviços	(1.981)	(1.434)
Serviço de manutenção	(5.933)	(6.828)
Serviços de profissionais e contratados	(12.478)	(12.227)
Serviços e outros gastos	(2.437)	(2.128)
Provisões (reversão), líquidas	(745)	377
Amortizações do intangível (Nota 11)	(1.626)	(2.061)
Amortização do ativo direito de uso (Nota 12)	(453)	(347)
	(28.535)	(28.028)

24. Outras despesas operacionais, líquidas

	2021	2020
Penalidades e indenização a terceiros (ii)	(1.084)	(755)
Despesas com equipamentos vendidos	-	(41)
Receita líquida de vendas de equipamentos	-	51
Outras receitas operacionais	1.981	564
Impostos e taxas (i)	(3.094)	(5.448)
Outras despesas gerais/operacionais	(110)	(80)
	(2.307)	(5.709)

(i) Referem-se aos valores de taxa de fiscalização da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e outros impostos não recuperáveis.

(ii) Aumento nas penalidades pagas ao supridor conforme cláusula 17 – Penalidades do contrato de fornecimento, em função do aumento no preço de gás comparado a 2020.

25. Resultado financeiro, líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.193	2.981
Atualizações monetárias (a)	24.213	1.301
Outras receitas financeiras	3.194	765
	32.600	5.047
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(4.307)	(2.982)
Comissões e tarifas de cobrança	(118)	(95)
Fiança bancária	(269)	(548)
Atualizações monetárias (a)	(23.361)	(696)
Juros sobre arrendamento	(408)	(349)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(5)	(5)
Outras despesas financeiras	(1.612)	(1.584)
	(30.080)	(6.259)
	2.520	(1.212)

a) O aumento refere-se, substancialmente, à atualização da taxa SELIC e multa e juros sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, ambos no valor de 23.256, não tendo impacto no resultado da Companhia, vide nota 8 (a).

26. Seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigências das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil - administradores, diretores e dirigentes	29/10/2021 a 29/10/2022	79.000
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	29/10/2021 a 29/10/2022	852.000
Risco operacional	29/10/2021 a 29/10/2022	284.000

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Diretores da

Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gas Natural São Paulo Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gas Natural São Paulo Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de abril de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Naturgy 

www.naturgy.com.br